

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUA IMPORTÂNCIA PARA REDUZIR OS
ÍNDICES DE ANALFABETISMO E DE ANALFABETISMO FUNCIONAL NO
BRASIL**

Autora: Claudiana Galha de Oliveira

Orientador: Professor Mestre José Natanael Ferreira

JUINA/2016

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUA IMPORTÂNCIA PARA REDUZIR OS
ÍNDICES DE ANALFABETISMO E DE ANALFABETISMO FUNCIONAL NO
BRASIL**

Autora: Claudiana Galha de Oliveira

Orientador: Professor Mestre José Natanael Ferreira

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da AJES- Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.”

JUINA/2016

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

BANCA EXAMINADORA

Professor Mestre Francisco Leite Cabral

Professora Mestra Marina Silveira Lopes

ORIENTADOR
Professor Mestre José Natanael Ferreira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, a extraordinária professora Tatiane Ferreira Garcia, que além de uma excelente docente, uma pessoa amiga, companheira, aqui deixo meus agradecimentos pela trajetória que vivenciamos na sua companhia, e obrigado por fazer parte da minha formação acadêmica.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à duas pessoas importantes em minha vida que são meus pais, Marilene Rodrigues Galha e Henrique Emídio de Oliveira, dois cidadãos analfabetos que criaram seus filhos com muita garra e coragem, e essa homenagem vai dedicada a eles com muito orgulho, pois foi por eles que cheguei até o fim.

EPÍGRAFE

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática”.

Paulo Freire.

RESUMO

Destacando a importância da Educação de Jovens e Adultos no processo de alfabetização, este trabalho busca retratar a realidade do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil. O qual foi um marco diante do contexto histórico do país, sendo que ainda prevalece essa situação na educação da população brasileira. Pode-se verificar que os índices demonstram um pequeno avanço, ou seja, houve uma redução significativa, mas, para chegar a essa porcentagem, o Brasil teve que implantar vários programas, campanhas e Conferências para tentar amenizar os altos índices do analfabetismo. Diante dessa problemática, alguns desses planos deram certos e outros não, e apesar das lutas que o povo brasileiro ostentou por vários anos exigindo uma educação libertadora de qualidade, não há visível evolução. Os principais objetivos desta pesquisa é entender a diferença entre o analfabeto para o analfabeto funcional; identificar os dados sobre o analfabetismo no Brasil; Verificar se de fato os programas governamentais implantados para erradicar o analfabetismo no Brasil resolveu esse problema; compreender melhor a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, mostrando os pontos positivos e negativos. A pessoa analfabeta ou analfabeta funcional pode-se desenvolver e adquirir outras habilidades mais complexas, cabendo aperfeiçoar e se alfabetizar totalmente. A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho foi à bibliográfica e documental, podendo assim, analisar a questão do analfabetismo no Brasil, tendo como suporte de pesquisa, artigos científicos, revistas eletrônicas, sites educativos, assim como a utilização da biblioteca da Instituição. Essa busca procurou responder aos objetivos desse trabalho, analisando as ideias dos autores sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos na redução dos índices do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil.

Palavras Chave: Analfabetismo, Alfabetização, Educação, Governo.

ABSTRACT

Highlighting the importance of adult and youth education in the process of literacy, this work seeks to portray the reality of illiteracy and functional illiteracy in Brazil. Which was a milestone on the historical context of the country, and still prevails that situation in education of the Brazilian population. You can verify that the indexes shows a small advance, i.e., there was a significant reduction, but to arrive at that percentage, Brazil had to deploy multiple programs, campaigns and conferences to try to alleviate the high levels of illiteracy in Brazil. On this issue, some of these plans have given some and not others, and despite the struggles that the Brazilian people sported by several years demanding a liberating quality education, there is no visória evolution. The main objectives of this research is to understand the difference between the illiterate to the functional illiterate; identify the data on illiteracy in Brazil; Check whether in fact the Government programs deployed to eradicate illiteracy in Brazil solved the problem; better understand the trajectory of adult and youth education in Brazil, showing the positive and negative points. The illiterate or functionally illiterate person can develop and acquire other more complex skills, and improve and if fully literate. The methodology adopted for the development of this work was to bibliographical and documentary, and thus, to analyze the issue of illiteracy in Brazil, having as support of research scientific articles, electronic journals, educational sites, as well as the use of the library of the institution. This search has sought to respond to the objectives of this work, analyzing the ideas of the authors about the importance of adult and youth education in reducing the incidence of illiteracy and functional illiteracy in Brazil.

Key word: Illiteracy, Literacy, Education, Government.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Níveis de alfabetização	14
Quadro 2 - Taxa de analfabetismo no Brasil de 1992 - 2014.....	19

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 CONCEITO DE ANALFABETISMO FUNCIONAL	12
2.2 ANALFABETISMO FUNCIONAL	16
2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL	20
2.4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, E UM BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	22
2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	25
2.6 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EJA)	36
2.7 CEJA- E SUA HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA- MT	39
3 METODOLOGIA	43
4 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A educação é algo imprescindível na vida do ser humano e, dessa forma, o presente trabalho aborda a questão do analfabetismo e o analfabeto funcional no Brasil, e busca esclarecer as seguintes questões: O que revelam os dados anteriores e atuais sobre os índices de analfabetos no Brasil? Quais são os maiores problemas enfrentados pelas pessoas analfabetas funcionais na sociedade contemporânea? Dos principais programas governamentais da Educação de Jovens e Adultos, quais ainda permanecem atuando nessa modalidade de ensino?

Os principais objetivos desta pesquisa pretende entender a diferença entre o analfabeto para o analfabeto funcional; identificar os dados sobre o analfabetismo no Brasil; Verificar se de fato os programas governamentais implantados para erradicar o analfabetismo no Brasil resolveram o problema; compreender melhor a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, mostrando os pontos positivos e negativos.

E para melhor desenvolvimento deste trabalho optou-se por uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, em artigos científicos, revistas eletrônicas, sites educativos, tendo como suporte de pesquisa a biblioteca da Instituição. A pesquisa realizada destaca a questão do analfabetismo no Brasil, assunto esse bastante discutido nas últimas décadas e que ainda preocupa o país.

Este estudo justifica-se em referência ao descaso que ainda há em relação o processo de alfabetização de jovens e adultos existente no país, a educação parece estar ao alcance de poucos em pleno século XXI. O analfabetismo ainda é uma chaga existente no Brasil, tanto se fez para melhorar e resgatar esses alunos que se encontravam analfabetos, e mesmo assim, os dados demonstram índices elevados. A modalidade de ensino que propõe alfabetizar jovens e adultos é a Educação de Jovens e Adultos – (EJA), a qual menos recebe recursos financeiros por parte do governo. E como um país quer melhorar e alfabetizar a população brasileira, se não valoriza e apoia esse ensino?

Diante disso, o trabalho se encontra estruturado em capítulos e subcapítulos, iniciando pelo Capítulo 1- Introdução, Capítulo 2- Referencial Teórico, Subcapítulo 2.1- Analfabetismo Funcional, Subcapítulo 2.2- Conceito de Analfabetismo Funcional, Subcapítulo 2.3 – Educação de Jovens e Adultos e a

Redução do Analfabetismo Funcional, Subcapítulo 2.4 – A Educação Brasileira, e um Breve Relato da Educação em Mato Grosso, Subcapítulo 2.5 - A Educação de Jovens e Adultos, Subcapítulo 2.6 - Programas Governamentais (EJA), Subcapítulo 2.7- CEJA- E sua História no Município de Juína- MT, Capítulo 3 - Metodologia, Capítulo 4 – Conclusão, Capítulo 5 – Referências, constam os dados bibliográficos das fontes utilizadas como referência para o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação deve ser compreendida como um todo e não em partes, chegando ao alcance de todos, mesmo aqueles que por motivos adversos não tiveram acesso ou continuidade de estudos, seja no ensino fundamental ou médio. Nessa perspectiva, atenhamo-nos que não há idade apropriada a quem tem vontade de prosseguir em seus estudos, porque se estão retornando à escola é porque entendem a importância da aprendizagem e, que ela é a única fonte de conhecimento que lhes dará condições melhores de vida, e isso só poderá acontecer com a continuidade educativa escolar.

2.1 CONCEITO DE ANALFABETISMO FUNCIONAL

O analfabetismo se refere a qualquer pessoa que não conhece ou não consegue identificar qualquer letra do alfabeto, já o alfabetismo funcional tenta mudar essa realidade. E se tratando de qualquer ação que envolva o processo de ensino e aprendizagem da escrita e leitura, o indivíduo terá chances de adquirir outras habilidades. O conceito do analfabetismo funcional diz respeito, as pessoas que não estudaram quase nada, ou seja, frequentaram a escola por pouco tempo.

O analfabetismo sofreu mudanças nas últimas décadas, em 1958 a UNESCO revelava que a pessoa era alfabetizada quando possuía capacidade de decodificar algumas letras, de ler e escrever qualquer mensagem, seja ela o mais simples possível. Vinte anos depois, a UNESCO (2003) ressalta o conceito de Alfabetismo funcional, diminuindo a expressão de analfabetismo funcional, pois o indivíduo alfabetizado tem condição de aplicar a leitura e escrita diante das demandas exigidas em seu contexto social.

Diante disso, ela pode usar e pôr em prática suas aptidões para prosseguir aprendendo e se desenvolvendo ao longo de sua vida. O problema da cultura popular pode estar depositado, então, sobre novas bases. Enquanto esta foi, talvez, o pretexto para as elites se conduzirem ao povo, num impulso tão populista quanto paternalista, a cultura popular deveria assumir forma a partir daquilo que os analfabetos e semianalfabetos exprimem.

Uma alfabetização dirigida para a expressão, e não para o enfraquecimento, e sim, uma alfabetização que faz do outro sujeito sua própria atividade e conseqüentemente o agente de sua própria atividade e, conseqüentemente, o agente de sua transformação social. (FURTER, 1965). Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham acompanhado o concluído na idade própria e proporcionar mediante repetida volta à escola, estudo de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (MIRANDA, 2003).

Todos têm o direito de desenvolver suas habilidades intelectuais, tornando agente de mudanças, sendo comunicativo e crítico. Entretanto, além dos conhecimentos já transmitidos e adquiridos, a sociedade considera estas habilidades intelectuais como uma instrução básica de todos os seres humanos. O termo Analfabetismo Funcional foi designado para diferenciar do analfabetismo absoluto, que é quando a pessoa não teve nenhum acesso à escola, ou frequentou por pouco tempo, diferente do funcional, que possui habilidades funcionais (RIBEIRO, 2016).

Há também o termo analfabetismo por regressão em que o indivíduo aprende a ler e escrever, mas não põem em prática essas habilidades diariamente, vindo a se tornar analfabeto novamente (RIBEIRO, 2016). O Indicador de Alfabetismo Funcional - (INAF) destaca o conceito de analfabetismo existente no país, pois o mesmo ainda é considerado um dos problemas que persistem no Brasil, e destaca três níveis de habilidades que podem ser consideradas e avaliadas na população alfabetizada: O nível rudimentar, o básico e o pleno (BRASIL, 2011).

Dos três níveis, somente o pleno é o único que pode ser considerado positivo se tratando de alfabetização, em que a pessoa tem capacidade de utilizar com autonomia a leitura e a matemática, conforme mostra o quadro 1.

	Leitura	Habilidades Matemáticas
Analfabetismo	Não domina as habilidades medidas.	Não domina as habilidades medidas.
Alfabetismo Nível Rudimentar	Localiza uma informação simples em enunciados de uma só frase, um anúncio ou chamada de capa de revista.	Lê e escreve números de uso frequente: preços, horários, números de telefone. Mede um comprimento com fita métrica, consulta um calendário.
Alfabetismo Nível Básico	Localiza uma informação em textos curtos e médios (uma carta ou notícia, por exemplo), mesmo que seja necessário realizar inferências simples.	Lê números maiores, compara preços, conta dinheiro e faz troco. Resolve problemas envolvendo uma operação.
Alfabetismo Nível Pleno	Localiza mais de um item de informação em textos mais longos, compara informação contida em diferentes textos, estabelece relações entre as informações (causa/efeito, regra geral/caso, opinião/fato). Reconhece a informação textual mesmo que contradiga o senso comum.	Consegue resolver problemas que envolvem sequências de operações, por exemplo, cálculo de proporção ou percentual de desconto. Interpreta informação oferecida em gráficos, tabelas e mapas.

Quadro 1 - Níveis de alfabetização

Fonte: INAF (BRASIL, 2011).

Pode-se analisar que os níveis de alfabetização são medidos conforme cada etapa que o indivíduo consegue desempenhar. Começando desde o analfabetismo, passando para o rudimentar (grau considerado baixo), em seguida o básico (grau médio), e por último o pleno (grau considerado mais alto quando se trata de alfabetização). A pessoa quando se torna alfabetizada, ou seja, a partir do momento que não é mais analfabeta, ela passa a estar inserida em um processo criador, sendo sujeito de decisões, crítico e democrático (FREIRE, 2011).

Conforme prescrito na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB) é direito de todo ser humano ter acesso à educação, assim como também enfatiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois para que o

mesmo desenvolva socialmente, é preciso contribuir politicamente, participando de uma vida democrática ativa, tendo ciência de seus direitos e deveres, para que possa assim, desfrutar de cada um (BRASIL, 1996).

Uma pessoa analfabeta possivelmente terá dificuldade em desempenhar seu papel de cidadão perante a sociedade, pois só é reconhecido o indivíduo cidadão para o Estado quando o mesmo se torna uma pessoa íntegra, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, artigo. 5º inciso LXXVII, ou seja, se você demonstra participação na sociedade como, por exemplo, pelo voto, entre outros meios, você exercerá a cidadania, tornando um cidadão na prática (BRASIL, 1988).

Infelizmente uma triste realidade, pois se não for dessa forma não será considerado um cidadão. O alto índice de analfabetos funcionais no Brasil demonstra que as ações governamentais implantadas para melhorar o ensino brasileiro não são suficientes para erradicar o analfabetismo no país. E mesmo assim, a educação, saúde, moradia, entre outros direitos fundamentais para que a pessoa desenvolva com dignidade dentro da sociedade, acabam passando despercebido e se tornando um grande problema social.

“Eliminar o analfabetismo é uma questão de honra para um País que se apresenta como uma das maiores economias do mundo, mas que em termos de Educação e, sobretudo, de alfabetização, ano após ano ocupa os derradeiros lugares” (GADOTTI, 2008, p.136). Se não houver uma educação de qualidade, em que todos possam ter acesso, o país não irá se desenvolver, pois, a educação é fundamental no desenvolvimento da nação, toda economia fica comprometida, sendo que se não houver rendimento todos os setores da sociedade são afetados (UNESCO, 2003).

“Por meio da alfabetização, os menos favorecidos podem encontrar sua voz, por meio da alfabetização os pobres podem aprender a aprender, assim como, por meio da alfabetização os sem-poder podem se empoderar” (UNESCO, 2003, p. 12). Na atual modernidade, para os analfabetos funcionais ser alfabetizado por completo é predominar a inclusão social, pois eles se sentem excluídos, diante das poucas possibilidades de emprego.

Entretanto, há empresas que optam por investir na educação de seus funcionários dentro do ambiente de trabalho em vez de demiti-los, oferecendo

oportunidades de qualificação profissional dentro e fora do ambiente no qual prestam serviços, claro que essa realidade ainda está restrita a poucas empresas que valorizam seus funcionários, os quais se dedicam há anos dentro da empresa (FRIGOTTO, 2011).

Por fim, apenas um breve comentário sobre as expressões “direitos fundamentais” e “direitos humanos”. Essas expressões são utilizadas muitas das vezes, como sinônimos, porém, seu uso se faz de forma errônea, ambas possuem um “núcleo comum, que é a liberdade” (NOGUEIRA, 2010). “Se são direitos naturais e inatos, direitos positivos, direitos históricos ou, ainda, direitos que derivam de determinado sistema moral. Esse questionamento ainda permanece intenso no pensamento contemporâneo” (PIOVESAN, 2013, p.181).

Com essa base, pode-se considerar que os direitos fundamentais são os direitos elementares, os direitos bases, para que as pessoas possam ser e viver como pessoas, pelo simples fato de seres humanos. E, em regra, esses direitos à vida, a intimidade, à privacidade, de expressão, de crença, de pensamento, de liberdade, dentre outros, são garantidos por lei, e, no Brasil, são garantidos, principalmente, na Constituição Federal, especialmente nos artigos 5º e 6º, que tratam dos Direitos e Garantias Fundamentais e dos Direitos Sociais.

2.2 ANALFABETISMO FUNCIONAL

O analfabetismo ainda é uma questão bastante discutida no Brasil, pois, os dados levantados no país demonstra essa existência, que ainda é enfrentada na sociedade contemporânea. De acordo com a (UNESCO, 2003), a pessoa é considerada analfabeta funcional, mesmo sabendo ler e escrever o próprio nome, mas é incapaz de interpretar o que lê, não possui o domínio de utilizar a leitura e a escrita em atividades cotidianas.

No Brasil, a Constituição de 1934 destacava que a educação seria direito de todos, e renovado pelas Constituições de 1946 e 1967, e prescrito no Art. 205 da Constituição de 1988 (BEISIEGEL, 1974). É referido na Carta que a Educação de Adultos passava a ser nomeada como Educação de Jovens e Adultos - (EJA), em especial o ensino fundamental, tornando obrigatório e gratuito, sendo garantido e

assegurado a todos que não tiveram acesso na idade apropriada (CF, art. Nº 208). Dentre os direitos pré-estabelecidos, cabe ao Poder Público eliminar o analfabetismo no país.

No estado de Mato Grosso entre o ano de 1940, com o movimento “Marcha para Oeste”, um dos maiores movimento migratório impulsionado por Getúlio Vargas, e que tinha intenção de formar colônias agrícolas no Sul de Mato Grosso, e que acabou atraindo pessoas de várias regiões do Brasil, se implantou a palavra educação, pois a maior parte dessa população que se encontrava nesse movimento não era escolarizada (BEISIEGEL, 1974).

Vindo a se tornar uma preocupação para o Estado, pois o mesmo não obedecia ao regulamento de ensino do ano de 1927. O censo Demográfico Econômico (IBGE/1940) revelava que 55% da população mato-grossense e brasileira, ainda se encontrava sem saber ler e escrever. Surge então, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - (CEAA) regulamentada pelo Fundo Nacional de Ensino Primário - (FNEP).

Seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender os apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de se constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1973, p. 178).

A Campanha de Educação de Adolescentes e adultos foi um dos maiores movimentos, de apoio à educação de adultos, vindo a percorrer todo o território, onde durou até a década de 1950. Nesse mesmo período surge o Serviço de Educação de Adultos - (SEA), e tinha como principal objetivo coordenar os trabalhos do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos Analfabetos foram um dos serviços que deu vida à Campanha que se estabelecia no país.

O conjunto de atividades desenvolvidas no campo da Educação de jovens e Adultos em 1947, juntamente com a coordenação do SEA, defendiam de “Campanha de Educação de Adultos” (BEISIEGEL, 1974). Foram várias campanhas e programas para tentar diminuir a porcentagem de pessoas analfabetas no país, mesmo assim, ainda persistem os dados de analfabetismo.

E no Estado de Mato Grosso, não era diferente como mostra os indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE) de 2010, que 32,1% da população mato-grossense acima de 15 anos eram analfabetas absoluta ou funcional. Ou seja, o analfabeto absoluto é quando a pessoa não teve nenhum acesso à escola, ou frequentou por pouco tempo, já o analfabeto funcional consegue desempenhar algumas habilidades básicas como ler uma pequena frase.

Os dados mostravam que o índice de analfabetos absolutos de 0 a 14 anos era de 2,4% e de 15 anos ou mais de 8,5%. Entretanto, somente no estado de Mato Grosso, e atualmente em toda a jurisdição brasileira, os dados revelam uma porcentagem alta, como destaca a autora Maria Clara Di Pierro (2016), em uma entrevista na qual a educadora cedeu à revista *Época*.

A educadora esclarece que a Educação de Jovens e Adultos é uma das maiores ferramentas para o desenvolvimento de qualquer país, em especial o Brasil, no qual possui 13 milhões de analfabetos, conforme os dados fornecidos pelo IBGE de 2014 (DI PIERRO, 2016). Os números representam cerca de 8,7% da população acima de 15 anos, já se tratando de analfabetismo funcional, os índices são mais agravantes, pois cerca de 27% dos brasileiros são capazes de decodificar letras e números, mas não compreendem o que leem (DI PIERRO, 2016).

O Educador Roberto Catelli Jr. (2016) afirma que o país não sabe lidar com o analfabetismo funcional, no qual atinge um terço da população brasileira, e ainda enfatiza que a Educação de Jovens e Adultos atende apenas 5% do público ao qual se designa, ou seja, uma porcentagem pequena de alunos atendidos. Analisando todos esses dados, o site Todos pela Educação descreve uma retrospectiva da taxa de analfabetismo no Brasil desde o ano de 1992 a 2014. Dados esses levantados em pessoas que possuem 15 anos ou mais, conforme demonstra o quadro 2.

	15 anos ou mais	10 a 14 anos
1992	17,2	12,4
1993	16,4	11,3
1995	15,5	9,9
1996	14,6	8,3
1997	14,7	8,7
1998	13,8	6,9
1999	13,3	5,5
2001	12,4	4,2
2002	11,9	3,8
2003	11,6	3,5
2004	11,5	3,8
2005	11,1	3,4
2006	10,5	3,1
2007	10,1	3,1
2008	10,0	2,8
2009	9,7	2,5
2010	12,4	3,9
2011	8,6	1,9
2012	8,7	1,8
2013	8,5	1,7
2014	8,3	1,8

Quadro 2 - Taxa de analfabetismo no Brasil de 1992 - 2014

Fonte: IBGE, 1992/2014

Os dados mostravam uma queda relevante no ano de 2014, mas a taxa ainda é elevada de acordo com a educadora Maria Clara Di Pierro (2016). Diante disso, a pessoa pode ser denominada analfabeto funcional quando a mesma possui somente quatro anos de estudos completos. Na América Latina a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – (UNESCO) destaca que ser alfabetizado é concluir a 4ª série, mas ressalta, que mesmo concluindo esse período de ensino, o indivíduo pode se tornar analfabeto novamente se não der sequência aos estudos para desenvolver outras capacidades como, ler e escrever.

Por isso, é preciso que as pessoas sejam alfabetizadas. Todos devem ter um ensino público de qualidade que preze por uma educação transformadora, pois somente assim, os problemas sociais poderão diminuir como, por exemplo, o desemprego, e o uso de drogas, aumento da violência entre outros. Quando os adultos passam pelo processo educativo se sentem independentes, capazes de enfrentar todas as dificuldades advindas dos problemas sociais, e ainda, ao fazerem parte da sociedade letrada, acreditam e são motivados a confiarem em si.

E assim, não se sentiram impotentes. Nesse contexto, todos os cidadãos escolarizados utilizam à escrita e a leitura para se informar, se expressar,

documentar, planejar e aprender, pessoas motivadas escrevem e leem como forma de fruição e lazer (DI PIERRO, 2008). Cada dia que passa o mercado de trabalho está mais exigente e inovador. A era tecnológica visa habilidades e competências que acrescentam o crescimento econômico do nosso país, com isso, o país deve investir em educação, porque além de estarem estimulando o senso crítico do cidadão estarão também construindo futuros trabalhadores.

No Mato Grosso, um estado que é considerado um dos maiores produtores e exportadores de grãos, precisa continuamente de profissionais qualificados para esse novo mercado de trabalho, pois nos grandes centros industriais e de agricultura são utilizadas máquinas de última geração, que necessitam de um conhecimento além da prática, que não deixa de ser importante.

No entanto, o conhecimento técnico é que garante ao trabalhador seu emprego, e ainda, o aumento de salários. Por falta de investimentos educacionais no ensino EJA, alunos que possuem o conhecimento de mundo, ficam presos à falta da qualificação de sua mão de obra. Por isso a importância de se investir em educação, porque não a usamos apenas para a criação de cidadãos sociais, mas para criar condições melhores de vida à família e toda a população (FRIGOTTO, 2011).

2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A REDUÇÃO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL

Conforme destaca o Ministério da Educação e Cultura – (MEC) o analfabetismo de jovens e adultos no país vem sendo reduzido nos últimos oito anos: 11,5% em 2004 para 8,7% em 2012. Além disso, o Norte e Nordeste são as regiões que abrangem a maior parte dos índices de analfabetos no país (MEC, 2013). Infelizmente a diminuição do analfabetismo funcional no país pode estar relacionada à má distribuição de renda, por isso, a erradicação acaba se tornando um desafio para o país que pretende banir os índices de analfabetos existentes (UNESCO, 2003).

São muitos os jovens e adultos a alfabetizar, alfabetização compreendida não só como a aquisição dos rudimentos da leitura e da escrita, mas como parte de uma educação ligada a todas as dimensões de vida que garante não só o domínio da leitura e da escrita, mas que permita ao alfabetizado dar continuidade à sua

escolaridade, para poder participar do processo sociocultural e político de seu tempo (CESGRANRIO, 2016).

“A erradicação do analfabetismo funcional representa o resgate de uma dívida social com aqueles a quem foi negada, na idade própria, a oportunidade de concretizar seus estudos básicos” (CESGRANRIO; CESGRANRIO, 2016 p. 23). Além disso, há a concorrência internacional pela existência de milhões de brasileiros maiores de 15 anos que estão despreparados para confrontar com as exigências, cada vez maiores do mundo atual, por isso a redução do analfabetismo funcional é um grande desafio e que deve ser enfrentado pelo Governo Federal, e a EJA é uma das soluções para esta erradicação.

Mesmo mostrando queda no ano de 2013 e 2014 o Brasil se encontra em 8º lugar com maior número de analfabetos adultos de acordo com a UNESCO, perdendo para países como a Índia, China e o Paquistão. Fatos esses descritos no jornal G1¹ em janeiro de 2014, a matéria destaca que o relatório realizado pela a UNESCO mapeou 150 países, sendo que apenas 41 alcançaram metas de investimento dentro da educação. E no ano de 2016, não se tem informações precisas sobre a colocação que o Brasil se encontra atualmente.

O relatório também analisou a qualidade da educação no mundo todo, destacando que a crise no ensino não afeta só o Brasil em questão de aprendizagem, mas sim, o planeta diz a UNESCO. A UNESCO esclarece que o problema pode estar na má qualidade da educação, proporcionar aulas que chame a atenção dos alunos, além de treinamentos adequados para os professores.

No Fórum Mundial de Educação concretizado em 2000, onde 164 países participaram, entre eles o Brasil, 3,5 instituições internacionais e 127 organizações não governamentais - (ONG) apoiaram o Marco de Ação de Dacar, onde se comprometeram a melhorar a educação dentro de seus países até o ano de 2015.

Ficando a exercer seis objetivos apresentados no fórum como, os países deveriam ampliar os cuidados na primeira infância e na educação; universalizar o ensino primário; promover aptidões de aprendizagem e de vida para jovens e

¹ G1.GLOBO.COM. **Brasil é o 8º país com maior número de analfabetos adultos, diz UNESCO.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html>> Acesso em: 24 jul. 2016.

adultos; reduzir o analfabetismo em pelo menos 50%; alcançar a igualdade de gênero; e por último melhorar a qualidade da educação.

Mas, a UNESCO deixou em evidência que nem todos esses compromissos seriam atingidos globalmente, mesmo alguns países já demonstrarem determinados avanços nos últimos anos. No entanto, não foi possível obter dados atualizados sobre o comprimento das metas estabelecidas naquele Fórum. Há uma baixa redução do analfabetismo no Brasil, revela à revista Isto É² em janeiro de 2016, onde a matéria revela que o analfabetismo vem sendo reduzido de maneira lenta nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, regiões essas que em 2004 possuíam os maiores índices de pessoas analfabetas.

. E enfatiza que a redução do analfabetismo no Brasil se deu por meio dos programas de alfabetização de Jovens e Adultos, o qual resgatou pessoas acima de 64 anos de idade analfabetas e que hoje frequentam a sala de aula.

2.4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, E UM BREVE RELATO DA EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

Para definir a educação, “é preciso antes de tudo, analisar os sistemas educativos, que ora existem, ou tenham existido, compará-los, e aprender deles, os caracteres comuns” (SAVIANI, 1973, p. 44). É por meio da educação, que as gerações adultas, assim, como as futuras gerações, que ainda não se encontram preparadas para a vida social, onde a educação tem a função de acender e desenvolver, na criança, os estados físicos, intelectuais e morais, ao qual a criança particularmente, se destine.

Pode-se definir o conceito de educação, os quais envolvam os processos formativos que são; se desenvolver na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, por meio dos movimentos sociais, além das organizações dentro da sociedade civil, e nas manifestações culturais (Artigo 1º, caput), (SAVIANI, 1973). A educação escolar brasileira é composta pela Educação Básica e Superior.

² ISTOE.COM.BR. **Analfabetismo tem reduzido lentamente no Brasil**. ed. 2440, 0909. Disponível em: <<http://istoe.com.br>> Acesso em: 24 ago. 2016.

Sendo que, a educação básica é destinada a educação infantil, ensino fundamental, e pelo ensino médio. Já a educação Superior, é formada por cursos sequenciais no campo do saber, de graduação, pós- graduação e extensão. (Artigos 21, I, II, e 44, I a IV) (LDB, 1996). A educação pública brasileira é um espelho dos erros e acertos de uma sociedade, ao qual nos últimos anos, o Brasil enfrentou um longo caminho entre altos e baixos em relação o seu desenvolvimento social e econômico.

Mas, atualmente segue outro modelo de educação, onde universalizou o acesso às escolas, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais- (PCN), cedeu uma parte do Produto Interno Bruto- (PIB) a educação, investiu na formação de seus professores e gestores, além de acrescentar o indicador, Índices de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, uma ferramenta que tem o objetivo de medir o aprendizado dos alunos (PEDRAL, 2014).

O sistema de ensino brasileiro deve ser ministrado, levando em consideração a igualdade de condições para o livre acesso e permanência na escola, a liberdade em aprender, o pluralismo de ideias, a gratuidade no ensino público, a valorização dos profissionais do ensino, como a aplicação de uma gestão democrática, mantendo sempre o padrão de qualidade ao qual é fornecido nos sistemas de ensino. O Brasil possui três modelos de ensino existente no país, o sistema Nacional de ensino, o sistema de ensino dos Estados e o sistema de ensino dos Municípios.

Lembrando que cada um possui funções distintas; o sistema Nacional de ensino inclui os sistemas públicos e outras instituições públicas e privadas que prestam serviços educacionais. Tendo como suporte a garantia educacional dos sistemas, assim como devem manter o mesmo padrão de qualidade no ensino das demais instituições de ensino, de todo o território Nacional. Já o sistema de ensino dos Estados, abrange a rede pública, a rede privada, e os órgãos e serviços estaduais, administrativo e técnico.

Enquanto, sistema de ensino dos Municípios destaca, igualmente, a rede pública, a rede privada e os órgãos e serviços educacionais dentro de sua jurisdição. Todos os modelos de ensino exercidos no âmbito Nacional, Estadual e Municipal devem cumprir as normais gerais do cumprimento da educação Nacional, garantindo a qualidade do ensino em suas escolas. E Mesmo a educação brasileira garantindo

todos esses princípios que preservam e dá suporte a vida escolar de seus alunos, o Brasil é um país, onde a educação em pleno século XXI se encontra em polêmicas, ou seja, em crise em seu método de ensino.

O Governo do Estado de Mato Grosso, juntamente com a Secretária de Estado de Educação, buscam transformar as escolas em um espaço adequado à aprendizagem de todos, acompanhando o que rege a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 22. Devido o Estado ter enfrentado vários problemas na educação em 1997, como evasão, falta de vagas entre outros, foram necessárias implantar políticas que promovessem o aumento de oferta de vagas nas escolas para garantir a permanência desses alunos nas Instituições de ensino.

A partir de então, se inicia os primeiros passos de organização do ensino fundamental, valorizando o Ciclo Básico de aprendizagem. Já no ano de 1998, o ensino médio veio a se expandir, ofertando um número maior de vagas. Lembrando que o Estado de Mato Grosso em 1995, por meio da Portaria 1266/95, determinou o cancelamento dos cursos profissionalizantes da rede estadual de ensino. Somente em 2004, por meio do Decreto 5154/04, se retoma a proposta do Ensino Médio Integrado (SEDUC, 2010).

As políticas públicas empunhavam o respeito às diferenças e diversidades que compõe o meio social, apoiando e incentivando as alternativas de organização escolar existente, assim como a preparação dos professores que atuariam nas áreas de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação Médio e Integrado à Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos.

O foco principal era chegar a todas as etapas e níveis de ensino, fazendo com que a educação chegasse ao alcance de todos, além de garantir a qualidade deste ensino aos alunos. Essa qualidade seria da suporte a formação continuada dos professores, equipar as escolas com laboratórios, internet, bibliotecas, adquirir materiais didáticos, criar Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), o que foi concretizado pelo Estado e seus Municípios, além de promover a inclusão social.

2.5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Em 1930 com a quebra da bolsa de Nova York, houve um grande marco histórico do Brasil, pois nasceu o processo industrial. Os grandes latifundiários monocultores de café se transformam nos primeiros industriais, conseqüentemente a camada populacional que trabalhava no meio rural se desloca para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho, pois o seu serviço passa a ser substituído por máquinas agrícolas, e se inicia no país a formação de uma sociedade urbano-industrial (BEISIEGEL, 1982).

A ex-burguesia latifundiária encontrava novas formas de acumular capital e uma das necessidades da época era a qualificação profissional do trabalhador. Pode-se entender esse período como do surgimento da Educação de Jovens e Adultos voltada à formação industrial. Em 1934 surge a lei que garante um ensino primário, integral e gratuito na educação de adultos. Diante disso, na década de 40 tem-se o surgimento de propostas para criação de uma educação voltada à classe trabalhadora.

As ideias, as leis e as iniciativas que se consolidam uma situação inteiramente nova. Até então, registravam-se alguns esforços locais, mas, na década de 40, cogita-se uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país (BEISIEGEL, 1982, p. 177).

Lembrando que ainda no ano de 1930 surgia o ensino supletivo para adultos, fato esse realizado durante a gestão de Anísio Teixeira³, mas com a chegada do Estado Novo, poucas atitudes foram tomadas para a divulgação da alfabetização de jovens e adultos.

Sem o devido apoio do Estado, não se tinha recursos para manter as escolas funcionando, assim, as pessoas que pretendiam realizar o ensino supletivo

³ Anísio Spínola Teixeira foi um dos grandes idealizadores na área da educação, formado bacharel em direito se identificou na área da educação logo cedo, atuou como inspetor geral de ensino em 1924 no estado da Bahia. Exerceu outros cargos como de político, onde atuou por pouco tempo, retornando ao que mais gostava “educação”. Realizou várias viagens pelo mundo, uma delas foi aos Estados Unidos, onde teve a chance de observar o modelo de ensino que era aplicado naquele país. Anísio Teixeira foi um educador admirável, persistente na luta por uma democracia justa e de uma educação para a democracia. Juntamente com outros educadores construiu o pensamento pedagógico brasileiro. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203.pdf>> Acesso em: 04 out. 2016.

se encontravam em lugares adversos como, praças, com o intuito de dar continuidade no ensino, ou seja, não perdiam o hábito da leitura e da escrita mesmo fora da escola.

Como podemos verificar a Educação de Jovens e Adultos começou a se destacar na história da educação brasileira apenas na década de 1930, em que foram dados os seus primeiros passos, começando pelo ensino noturno, uma educação que tinha como principal objetivo ampliar a mão de obra qualificada no país, sendo uma educação que atendesse ao mercado de trabalho. Depois perceberam que era algo necessário, pois contribuía diretamente em favor da reorganização da sociedade brasileira, assim, toda a população teria acesso, sendo ela pobre ou analfabeta.

Nos anos 1940, a educação de adultos era destinada principalmente a zona rural, vista como uma extensão formal e restrita, limitada a poucos. Já na década de 50 ela se tornava uma educação de base, com desenvolvimento comunitário, ou seja, uma educação popular destinada a todos (BEISIEGEL, 1982). O ano de 1946 foi marcado pelo fim do estado novo, o qual foi implantado por Vargas, além do processo de mudança das importações de produtos industrializados, assim como a necessidade da mão de obra qualificada para atender as recém-chegadas indústrias no país que deram novos rumos a educação.

Nesse momento se ligava o processo desenvolvimentista do país com o processo educacional da massa populacional, pois foram implantados projetos educacionais que haviam falido em países desenvolvidos. A partir deste momento surge uma nova preocupação com a educação de crianças e jovens abandonados e excluídos da sociedade. Essa classe social precisava ser educada e preparada para o trabalho industrial, porém as políticas voltadas a essa modalidade eram deficitárias.

A situação do analfabetismo era alarmante no Brasil e no mundo, levando à criação do Decreto de Lei nº 19.513, que cria o fundo nacional do ensino primário, dando à União plenos poderes de instituir a educação de adultos. Nas décadas de 1940 e 1950 do século passado tínhamos um elevado número de analfabetos no país, que contava com mais da metade dos brasileiros. Diante desses índices, a UNESCO implanta no território nacional programas que vinham ao encontro desta problemática, dando maior atenção às regiões menos favorecidas (UNESCO, 2003).

A primeira Constituição do Brasil de 1824, Constituição do Império, foi outorgada por Dom Pedro I, e proibia que qualquer indivíduo analfabeto tivesse direito ao voto, uma proibição polêmica e que gerou muitos questionamentos e indagações pelos intelectuais da época, pois viam que dessa maneira o país não iria crescer, pois a maior parte da população se encontrava analfabeta (BRASIL, 1945).

Enquanto isso, os outros países investiam em educação e se tornavam destaque e potência mundial. A partir do século XX a Educação de Jovens e Adultos - (EJA) se mobilizava para erradicar o analfabetismo no país em um curto prazo, mas para isso era necessário que durante o processo de alfabetização o aluno tenha que ter caráter moral perante a escola, se não o ensino poderia se transformar em uma bagunça social, ou seja, o aluno deveria ser obediente.

Com a chegada do Regime Militar em 1964, a educação passou a ter caráter antidemocrático devido às novas cobranças do governo. Professores e alunos passaram a ser intimidados pela polícia que tinha voz ativa em cima das manifestações, que eram realizadas para cobrar do governo uma educação honrada a todos os brasileiros e não com limitações, onde o aluno não poderia se quer perguntar algo ao educador. Diante disso, nesta época todos reivindicavam uma educação libertadora.

Em 1950 ocorreu um aumento transformador no processo de organização na educação de jovens e adultos, entra em ação o método de ensino proposto por Paulo Freire. No entendimento desse educador o método de alfabetização desenvolvido e aplicado era em torno das experiências de vidas das pessoas, ou seja, dos educandos. Preferia não alfabetizar por meio das cartilhas, e sim, aplicava e trabalhava as palavras geradoras, priorizando sempre a realidade na qual o aluno estava inserido, fazendo com que os mesmos decodificassem novas palavras, além de compreenderem o mundo.

Já no início da década de 1960, Paulo Freire, juntamente com sua equipe passam a ter grande importância na Educação de Jovens e Adultos, defendendo o ideal de que se deveria buscar conteúdos da educação do povo nas condições reais de existência do homem comum, em que as práticas utilizadas anteriormente voltavam somente para o aprendizado instrumental. O grupo representado por Paulo Freire muda o foco para o sentido da aprendizagem na vida das pessoas, após a compreensão da alfabetização e educação como expressões culturais.

Seu método teve início no ano de 1960 no Nordeste, e foi um grande educador na área da educação no Brasil, resultados de anos de trabalho e reflexões no campo do ensino, sobretudo na de adultos em regiões proletárias e subproletárias, urbanas e rurais, de Pernambuco. Nascido em Recife, Pernambuco no ano de 1921, tinha como função central ensinar os pobres. Foi referência na formação de novos professores, em especial na América Latina e na África.

Paulo Freire buscava um método pedagógico entorno da inclusão do iletrado, desde sua inserção no mundo social e político, despertando no mesmo o direito à cidadania. Era conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos. Freire via a educação como um ato político, visando à formação da autonomia intelectual do educando e a sua intervenção na realidade.

Estruturado em três etapas; Etapa de Investigação: essa investigação deveria estar próxima ao aluno, onde professor e aluno juntos buscam palavras e temas centrais da sua bibliografia; Tematização: Já a tematização é a tomada de consciência, onde codificam e decodificam, ou seja, faz com que o aluno tenha um olhar crítico e reflexível; Problematização: É ter senso crítico sobre um determinado assunto, que transformará o contexto vivido pelo mesmo (entender).

Já entre os anos de 1964 e 1980, as experiências que correspondiam aos setores sociais foram proibidas, sendo modificadas pelos centralizadores ideais do governo federal. Os acordos feitos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o United States Agency for International Development - (USAID), colocavam um fim nas lutas educacionais de alfabetização populacional, o tecnicismo⁴ e o economicismo na educação.

A educação chega então, até ao alcance de toda à camada brasileira, sendo ela pobre ou não, tornando de fato, uma educação voltada para o desenvolvimento do ser humano, garantido aos jovens e adultos o domínio da leitura e da escrita,

⁴ Tecnicismo surgiu após o Golpe Militar de 1964, com o início do processo industrial no Brasil, e do desenvolvimento econômico, surge então, a necessidade de mão-de-obra qualificada, nesse período, a função da educação era formar indivíduos aptos para contribuir com o processo industrial, no aumento da produtividade, uma educação técnica. Disponível em: <<http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/neotecnicismo.pdf>> Acesso em: 04 out.2016.

podendo ser alfabetizados, e não mais, uma educação para formar indivíduos aptos para contribuir para o aumento da produtividade da sociedade (SAVIANI, 2008).

O governo acabou mudando o Plano Nacional de Alfabetização – (PNA) pela Cruzada da Ação Cristã trazendo um novo programa de maior capacidade, surge assim o Movimento Brasileiro de Alfabetização – (MOBRAL) dando ao supletivo maior legitimidade. Com verbas vindas dos Estados Unidos para o desenvolvimento e a manutenção deste programa, os ajustes realizados entre o MEC e o USAID tinham como alvo, fazer com que a educação e a formação profissional se tornassem dependente dos capitais norte-americanos.

Sem um controle rigoroso dessas verbas, várias foram as críticas levantadas sobre as Cruzadas que foram extintas em 1971, e novamente revogava-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB) de 61 como sendo incapaz de trazer o desenvolvimento ao país. Anos depois, a LDB de 1971 materializa esse processo, oportunizando novamente a regulamentação da Educação de Jovens e Adultos – (EJA). Questionava-se a falta de profissionais voltados à educação de ensino regular primário e secundário, que trazia um avanço significativo para a Educação de Adultos.

No auge da ditadura civil-militar essa lei representou o aumento em nível legislativo das oportunidades educacionais. No ano posterior surgem duas novas ideologias voltadas ao supletivo, estabelecendo doutrinas para uma nova concepção de escola. Passados dois anos, eram criadas pelas secretarias estaduais de educação, centros com seus trabalhos voltados exclusivamente ao ensino supletivo, assim temos a reforma autoritária do processo de modernização conservadora do ensino supletivo que começou a ganhar um destaque especial.

Diante disso, o Mobral não deixou de crescer durante os anos de 1970, obtendo grande autonomia e estabelecendo-se em parcelas com o sistema educacional já existente. Seu auge financeiro se deu no período do militarismo (GADOTTI, 2008). A EJA surge como uma proposta de educação para contemplar um todo. O Ministério da Educação trilhava caminhos que pretendiam descentralizar a educação fundamental.

Entretanto, o Mobral pregava uma batalha centralizadora de âmbito nacional que seria desvinculada da coordenação dos próprios ministérios. Na década de 70 o

ensino supletivo, assim como a educação voltada para adultos, ganha uma proporção que leva o MEC a criar em 73 o Departamento de Ensino Supletivo – (DSU), (UNESCO, 2003).

Os trabalhadores tiveram algumas experiências vindas da resistência, mostrando que não eram totalmente dominados pelos ideais implantadas pelo governo, e que tinham clareza da educação que lhes era conveniente. Durante a década de 1970 grupos operários se organizavam a fim de realizar estudos alternativos voltados à educação popular a partir da perspectiva da resistência (SAVIANI, 2008).

Contando com recursos, financiamentos dos próprios trabalhadores e o apoio da Igreja Católica, organizaram materiais e metodologias, desenvolvendo atividades que variavam desde cursos de qualificação até supletivos de 1º e 2º graus. No final da década de 1970, alguns núcleos de operários, como, por exemplo, o de São João de Meriti/RJ, passaram a formar seminários para trabalhadores em várias regiões do país.

Essas experiências de organização dos trabalhadores para construção de sua própria educação deram origem a diversas ações, como a fundação da ONG CAPINA e a constituição do Conselho das Escolas de Trabalhadores. O Mobral se organizava através de Leis municipais, as quais eram responsáveis pela execução dessas atividades. Entretanto, a produção do material didático era centralizador e organizado pelos governantes.

Além disso, havia diferença entre as ideias voltadas para a alfabetização e as políticas existentes entre o Mobral e a proposta de Paulo Freire, buscando adaptar as concepções freirianas nas práticas pedagógicas e na forma do material utilizado pelos docentes, embora estivessem vazios de suas ideias conservadoras, esse método era dotado de três instâncias: infraestrutura, sociedade política e sociedade civil.

O Mobral oferecia à população o ensino das quatro primeiras séries, levando a esses indivíduos uma modesta alfabetização juntamente com um curso de profissionalização. Novos programas foram aparecendo na década de 70, esses programas vinham atender analfabetos ou analfabetos funcionais. Mais uma vez o governo gera qualificação para as indústrias e não qualifica intelectualmente, pois a

formação de pessoas acríicas garantiria um governo com interesses voltados a classe burocrata. O Mobral obteve grandes vitórias, ainda assim não alcançou o resultado desejado (GADOTTI, 2008).

Muitas críticas foram erguidas contra o Mobral, como a mascaração dos resultados divulgados e a distorção de seu real objetivo, o que possibilitou ao governo militar definir seu modelo educacional massificador. Era pretendido que a EJA garantisse à massa populacional o direito a uma educação alfabetizadora e a preparação para o mercado de trabalho. No entanto, o modelo educacional sempre se voltou ao atendimento popular com um mesmo sistema educacional, não levando em consideração a idade, as experiências ou as reais necessidades de cada pessoa.

O Brasil viveu uma década de intensos debates em torno da EJA, seja no âmbito da Fundação Educar que o sucedeu; nas discussões em torno da Constituição de 1988, durante o Ano Internacional da Alfabetização (1990); nas reflexões das Comissões Nacionais de EJA; nos encontros e seminário nacional preparatórios para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos na Alemanha em 1997 (MACHADO, 1999, p.35).

A atual LDB de 96 e o Decreto nº 2.208/97, que regulamentou, até julho de 2004, a educação profissional trouxe alterações significativas também no campo da EJA (BRASIL, 1996). Pode-se observar na LDB (BRASIL, 1996) que o movimento de Educação de Jovens e Adultos é uma educação de segundo plano, principalmente quando separa a educação básica da educação profissional.

Essa determinação levou à organização do sistema de formação profissional descaracterizando as escolas técnicas federais, minimizando a participação do estado em cursos profissionalizantes e impondo que sua gestão e financiamento caberiam ao Ministério do Trabalho, deixando para as instituições da sociedade civil, ONGs e sindicatos a responsabilidade com sua organização e gestão financeira (UNESCO, 2003).

Esta indefinição da responsabilidade pela organização entre o governo provocou uma evasão em relação à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) – Lei nº 9.424 (MACHADO, 1999). Estes acontecimentos acentuaram a exclusão da EJA, pois os alunos não teriam sido contabilizados na contagem do censo geral das

matrículas o qual destinaria uma parcela dos recursos deste fundo sob a alegação de que não haveria forma de se contabilizar os mesmos pelo MEC, ou seja, a EJA continuaria ocupando um lugar de segundo plano perante as políticas educacionais do ensino básico (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Quando se analisa mais detalhadamente a LDB de 1996 (BRASIL, 1996) a educação de jovens e adultos corresponde à educação básica e o ensino médio, sendo assim, substituiu-se o termo Ensino Supletivo por um caráter mais amplo e manteve-se a expressão Exame Supletivo, pois não há na lei um determinado tempo de permanência para concluí-lo, assim como não fala de quem era a responsabilidade de sua oferta, o que ocasionou poucas mudanças ou nenhuma para melhorá-lo.

Ao examinar a EJA de 1990 nota-se um duplo processo de exclusão: um que se caracteriza pela falta de compromisso e da sua efetiva descontinuidade, e o outro decorrente do processo de globalização, de forma que com a colocada das novas tecnologias foi excluído o processo de qualificação profissional. Sendo assim, coloca-se como um novo processo de desqualificação, pela falta de vontade política, e as ideias contrárias de intelectuais sobre a EJA (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

A partir desses ideais percebe-se um atendimento insuficiente na Educação de Jovens e Adultos, sem efetivas preocupações em sanar esse problema, sendo que os materiais didáticos são de baixa qualidade e os conteúdos não atendem as necessidades dos alunos da EJA. O Governo Federal nesse âmbito só se materializou com o programa alfabetização solidária, o programa visava à entrada de pessoas analfabetas na educação de jovens e adultos, assim como a permanência das mesmas durante o processo de ensino aprendizagem, como a diminuição dos índices de analfabetos no Brasil, o programa era vinculado a Presidência da República sem nenhuma relação com o MEC e com os sistemas estaduais ou municipais de educação.

Em contrapartida, a EJA previa capacitar alfabetizadores tendo em vista que em 5 meses as pessoas saíssem alfabetizados. Com essas mudanças ocorridas neste sistema de ensino, eles passaram a ter mais flexibilidade, entre os anos de 1990 a 2000 por meio de incentivos e experiências sobre a centralização das decisões e a descentralização das ações das mudanças propostas para a educação que vinham de encontro com o que exigia a globalização e as novas tecnologias

procurando suprir a necessidade do mercado e do capital (GADOTTI; ROMÃO, 2011).

Embora os programas governamentais não tivessem resolvido o problema de analfabetismo no Brasil, eles evidenciaram para as pessoas as vantagens de saber ler e escrever, tanto que, nos anos seguintes houve um grande aumento na demanda e oferta da Educação de Jovens e Adultos, em que a grande maioria era procurada por pessoas de baixa renda e escolarização atrasada, entretanto isso era feito a partir de uma rede de qualificação profissional e não a partir de uma escolarização básica.

Esses cursos de nível básico ficaram caracterizados pela curta duração, em relação à postura assumida pelo MEC quanto ao EJA, principalmente quando falamos em financiamento, pois o programa do governo, FUNDEF, desvaloriza a educação de adultos como subalterna e sem importância (MACHADO, 1999). Há um esvaziamento em relação à EJA, sendo que a formação dos trabalhadores pode ser realizada em dois níveis, qualificando a força de trabalho para a atual geração e para as futuras.

A partir dos anos 90 há uma divisão entre o MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego - (MTB) em que se divide a responsabilidade da educação profissional voltada à massa popular; e com esta divisão houve uma ampliação da educação básica e da formação profissional (GADOTTI; ROMÃO, 2011). O MEC e o Banco Mundial acreditavam que a EJA seria inviável no mundo globalizado. Para sanar este problema o MEC buscava financistas internacionais, valorizando uma universalização do ensino fundamental que atenderia a criança de 7 a 14 anos.

Diante disso, se a educação da EJA fosse de responsabilidade de empresas privadas, elas utilizariam parcerias para oferta de uma educação de qualidade. Além disso, a inserção de países em desenvolvimento no atual mundo globalizado dependia de uma educação cada vez mais vinculada ao mundo produtivo (MEC, 2007).

A Orientação desses Parâmetros e Políticas Educacionais era voltada aos intelectuais coletivos do capital globalizado, que são organismos internacionais e do mundo, vinculados em todos os países que seriam subordinados ao primeiro. Constituída como direito universal nos últimos cinquenta anos e reconhecida na

Constituição de 1988, a Educação de Jovens e Adultos vem se esvaziando como política de Estado no contexto da atual reforma educativa e perdendo a importância como política universal (BRASIL, 1988).

As ações do governo estão vinculadas ao Ministério da Educação, principalmente no que se refere às ações das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, dependendo da necessidade de cada uma. Em 1999 o Ministério da Educação e Cultura por meio de sua Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos - (COEJA), encaminhou à Câmara de Educação Básica um pedido de audiência pública a fim de que as demandas e ações do ensino pudessem obter uma resposta mais estrutural (MEC, 2007).

A Câmara de Educação Básica - (CEB) analisou a matéria em si, e assim, passou a ouvir a comunidade educacional brasileira e por meio de audiências públicas e teleconferências realizadas entre fevereiro e abril de 2000. Foi observado que há discriminação em relação às pessoas analfabetas, as quais não possuem conhecimentos básicos como: a leitura e escrita, mas nem por isso deixaram de ser cidadãos dignos perante a sociedade (MEC, 2007).

A modalidade de ensino EJA veio destinada àqueles que não tiveram oportunidade de acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e que não devem ser privados deste acesso. Conforme prescrito no parecer CNE/CEB nº4/98, a construção da cidadania se inicia a partir da “compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história” (BRASIL, 1998, p. 01). Deste modo, a universalização do ensino fundamental abrirá caminhos para que os cidadãos possam se apropriar de conhecimentos avançados, tornando-os mais independentes.

Um país autônomo e democrático, onde todos poderiam ter oportunidades no mercado de trabalho. Em janeiro de 2003 foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no qual tinha como proposta a erradicação do analfabetismo no Brasil, dando a Secretaria Extraordinária Nacional de Erradicação do Analfabetismo - (SEEA) o cargo de organizar e coordenar o programa, em que o objetivo não era somente alfabetizar, mas também a inclusão social de pessoas analfabetas (PAGLIOSA, 2011).

Um dos maiores problemas encontrados nestas ações para diminuir o crescimento de analfabetos no Brasil, foi o de não dar sequência aos programas, ou seja, não houve valorização e contribuição com o processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, ficando no esquecimento, abandonados, extintos por questões políticas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) exercia o antigo ensino supletivo, nesse mesmo período o MEC, em 1999, por meio de sua Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos - (COEJA), efetuou o pedido a Câmara de Educação Básica para que houvesse uma audiência pública, onde deveria analisar e rever uma postura coerente em relação à estrutura do ensino, e assim, entre fevereiro e abril de 2000, foram analisados os principais tópicos contidos no Parecer (BRASIL, 1998).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, prevê que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, além de sua qualificação para o trabalho, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), trás todos esses fatores fundamentais na vida do ser humano e outros mais. Uma educação que presa pelo bem-estar do indivíduo, que mostra a importância do ensino na sua trajetória de vida, pois uma pessoa que tenha autonomia própria não depende de ninguém para caminhar (BRASIL, 1988).

A EJA visa garantir uma educação de qualidade aos seus alunos, por isso, é pautado pelos princípios da equidade, da diferença e pela proporcionalidade, ou seja, o aluno sempre será o foco principal, o curso valoriza a igualdade de direitos e oportunidades, preserva as experiências de vida de cada um, dos conhecimentos e valores, além de se adequar aos componentes curriculares próprios da Educação do EJA que consiste em respeitar os espaços e tempos dos alunos que ali se encontram (PAGLIOSA, 2011).

No Brasil a educação de jovens e adultos promove a discussão de ações importantes para um melhor entendimento de como essa modalidade de ensino vem se instituindo na atualidade. A EJA é uma área que vem promovendo diversas pesquisas e debates, ainda permanecem muitos aspectos a serem aprofundados, sobretudo aqueles referentes à forma como esses constroem o conhecimento e a cognição dos sujeitos. Ao analisar o percurso da Educação de Jovens e Adultos

entende-se um pouco do trajeto de uma modalidade de ensino que busca por sua valorização além de lutar para eliminar o analfabetismo.

2.6 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS (EJA)

Foram várias as medidas tomadas para tentar eliminar com o analfabetismo no Brasil, entre essas medidas pode-se destacar o acordo tomado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado pela UNESCO, onde ficou registrado a Declaração Mundial de Educação para Todos (CERRATTI, 2007). A partir de então, os Programas Governamentais da EJA enfrentavam uma imensa batalha para tentar eliminar com os altos índices de analfabetos existentes no país.

Cria-se então, o Plano Nacional da Educação – (PNE), o qual foi desenvolvido visando alcançar este objetivo. Este foi um acordo assumido na reunião de avaliação da Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, o PNE pretendia alfabetizar pelo menos 10 milhões de jovens e adultos, durante cinco anos e, até o final da década, eliminar o analfabetismo, o mesmo não foi totalmente erradicado, mas, houve uma redução significativa (CERRATTI, 2007)

Entre algumas conquistas governamentais da EJA, pode-se destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA criadas pela LDB (BRASIL, 1996) foi um dos marcos históricos da Educação de Jovens e Adultos, o qual possibilitou pela primeira vez, a elaboração da Proposta Pedagógica da EJA para as escolas (CERRATTI, 2007).

Diante disso, a EJA vem conquistando os seus direitos aos poucos, e os programas governamentais, incentivados pelo Governo Federal vem contribuir para a difusão desta modalidade de ensino, como o Proeja. Foram vários os programas implantados pelo Governo Federal para tentar melhorar e resgatar a Educação de Jovens e Adultos no país. Destacando a criação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - (SECAD), como também os Impactos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - (FUNDEB) (MEC, 2013).

De todos os Programas já implantados pelo Governo Federal desde o período de 2003-2006 até 2007-2010 pode-se destacar o Programa Brasil Alfabetizado, e o Programa Alfabetização Solidária criado em 1997 e que resiste até

os dias atuais (PAGLIOSA, 2011). A Secretaria de Educação Continuada por meio do Decreto nº 5.478/2005 estabeleceu o Proeja (Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) com o intuito de integrar a educação profissional na modalidade de ensino EJA.

Para financiar estas iniciativas, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – (FUNDEB) o qual atualmente é responsável pelo financiamento de todas as ações da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo na modalidade presencial.

Os impactos que foram ocasionados no FUNDEB foram à falta de visão de alguns gestores que não souberam- se organizam adequadamente na utilização do dinheiro público, sendo que no caso do atendimento na EJA, um dos impedimentos considerável foi saber com exatidão quantos são e onde estão os jovens e adultos analfabetos ou excluídos da escolarização (PAGLIOSA, 2011).

O programa Alfabetização Solidária criado em 1997, tinha como proposta inicial alfabetizar jovens e adultos entre as regiões Norte e Nordeste do país, mas, o mesmo se expandiu e chegou até as regiões Centro- Oeste e Sudeste, além de alguns países como África que dominam a língua portuguesa.

O programa visa à entrada de pessoas analfabetas na educação de jovens e adultos, assim como a permanência das mesmas durante o processo de ensino aprendizagem, e tem como objetivo central diminuir os índices de analfabetos no Brasil, e assim garantir o acesso de jovens e adultos á educação (ESTEVES, 2002).

Possui parceria com os poderes públicos federais e municipais, Instituições de Ensino Superior, pessoas físicas, empresas, organizações e com Ministério da Educação. É um programa dividido em módulo e dura em média de seis meses, sendo que o primeiro mês é para preparar e capacitar os educadores que serão os alfabetizadores no processo de alfabetização dos alunos.

No ano de 2002 o programa Alfabetização Solidária, passou a se chamar Alfasol, tornando uma Organização não Governamental - (ONG), no qual continua atuando até hoje para alfabetizar jovens e adultos, tentando de alguma forma amenizar e melhorar o meio de vida das pessoas analfabetas no país. Outra iniciativa do Governo Federal é o programa Brasil Alfabetizado que foi implantado

em 2003, e é voltado para alfabetização de jovens, adultos e idosos. Ficando também de responsabilidade da Secretária de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – (SECAD).

Esses programas têm o apoio da União, onde financia cursos de alfabetização para jovens e adultos, juntamente com a colaboração de Instituições de Ensino Superior, e algumas entidades privadas sem fins lucrativos (PAGLIOSA, 2011). Os cursos duram de seis a oito meses, um programa que apoia o processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos, mas que não dá sequência ao processo de alfabetização de seus egressos. Além dos educadores receberem baixos salários e não terem formação continuada.

Os dois programas possuem o mesmo objetivo que é alfabetizar os jovens e adultos que por motivos adversos deixaram ou nem frequentaram a escola na idade obrigatória. A única diferença está na administração de cada um, o tempo de duração do processo de alfabetização do Programa Alfabetização Solidária dura em torno de seis meses, já o Programa Brasil Alfabetizado oito meses. O Programa Alfabetização Solidária fornece merenda escolar a seus alunos, enquanto o Programa Brasil Alfabetizado não fornece.

Assim, como a contratação do coordenador, do Programa Alfabetização Solidária o coordenador é contratado pelo próprio programa, e o coordenador do Programa Brasil Alfabetizado é contratado pelo Município. Observando todos esses Programas implantados para tentar solucionar o analfabetismo no Brasil, pode-se verificar a falta de compromisso do governo com os programas, era necessário, mas as questões políticas predominavam, e os programas foram ficando esquecidos, não sendo um compromisso real colocado em primeiro lugar, e sim, em segundo plano.

As Políticas Educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil são pouco divulgadas, e o aluno que pretende frequentar essa modalidade de ensino precisa buscar orientação na própria escola, como funciona o sistema de atendimento a esses alunos, e que na maioria são trabalhadores que buscam por meio da educação uma vida melhor (CERRATTI, 2007).

2.7 CEJA- E SUA HISTÓRIA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA- MT

Com a implantação do projeto que desmembrou o Município de Juína em 1977, vários imigrantes de todas as partes do Brasil se deslocaram para a região. No ano seguinte houve um aumento demográfico exorbitante, e no dia 10 de Junho de 1979 foi criado o Distrito de Juína. Com a criação do Distrito e o aumento de pessoas, surge a necessidade de implantar escolas para atender a população que aqui se encontravam, sendo assim, foram abertas duas salas de aula, surgindo à primeira escola, e se chamava Pingo de gente.

Em 1980 surge uma estrutura física mais ampla, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dr. Guilherme Freitas de Abreu Lima, essa escola veio para atender os filhos dos desbravadores que se encontravam, pois, o aumento desses alunos era desenfreado. Nesse mesmo ano foi criado um dos primeiros projetos para atender os alunos adultos, e se chamava Projeto Minerva, sendo de nível Nacional mantido pela Fundação Educar, e era desenvolvido na Escola Dr. Guilherme. Esse projeto era aplicado da seguinte maneira, o aluno precisava ouvir as aulas através do rádio, além de utilizar as apostilas que a escola fornecia para poder tirar suas dúvidas.

Para que o aluno concluísse ou elevasse o nível de ensino, a Fundação Educar realizava os Exames Supletivos (Provão), realizado anualmente. Em 1982 o Projeto Minerva é substituído, surge então, um novo projeto o de Suplência de Primeiro Grau, e Suplência de Segundo Grau, e que também aplicava os exames (Provão), mas agora aplicado pela Secretaria Estadual de Educação.

Ainda em 1982 devido à demanda de alunos analfabetos a Escola Estadual Dr. Guilherme, em conjunto com a Fundação Educar, implantou o Programa de Alfabetização de Adultos. Dando continuidade nesse mesmo ano surge o Programa Educação Integrada, e tinha como objetivo fazer com que os alunos pudessem concluir pelo menos o ensino primário.

Mesmo depois da extinção dos dois programas, o Governo de Mato Grosso buscava meios para que a Educação Supletiva não deixasse de atender os alunos. Diante disso, a Secretaria de Estado de Educação implantou o Projeto Integração, e tinha os níveis de 5º a 8º série do ensino fundamental, e se encontrava na Escola Dr. Guilherme. Mas devido a pouca procura dos alunos o projeto durou apenas um ano entre 1982- 1983.

Surge então o Projeto Modular de 1º e 2º Graus, esse projeto atendia a maior parte dos alunos da área rural, como também os alunos que não podiam estar em aula todos os dias. Nesse projeto o aluno estudava fazendo as provas eliminando disciplina por disciplina, as provas eram cedidas pela Secretária de Estado de Educação e durou até o ano de 1993.

A demanda de alunos que queriam realizar o ensino supletivo no Município só aumentava a Escola Estadual Dr. Guilherme não tinha mais condições de atender essa modalidade de ensino, devido seu espaço físico ser pequeno, foi então que em 1985 a Secretária de Educação implantou o Núcleo de Estudo Supletivo, e tinha apoio da Prefeitura Municipal. O espaço onde foi destinado o Núcleo se encontrava na Rua Carlos Drummond de Andrade.

O Núcleo de Estudo Supletivo além de atender os cursos em andamento como, o Projeto Modular 1º e 2º Graus, implantou também o Programa de Educação Básica, esse se encontrava em salas anexas, situadas em outras localidades: Na Escola Estadual 21 de Abril localizado no Bairro Padre Duílio, São José Operário, Escola Municipal Marechal Rondon na linha 4, Escola José Pereira Carlos na linha 7 e por último na cidade de Castanheira na Escola Maria Quitéria.

Em 1988 houve a necessidade de implantar um local adequado e fixo para atender os alunos, se constrói então, o prédio do Núcleo de Educação Permanente, localizado no módulo IV.

Entretanto, em 1993 por meio da Secretária Executiva de Estado de Educação – (SEDUC), ficou claro que o Núcleo de Educação Permanente não recebia certos benefícios fundamentais para dar andamento numa boa educação, devido ser uma Instituição Educacional, era limitada de receber a boa parte dos benefícios. Precisaria então ser mudado para Escola, passando a ser Escola Estadual de Suplência de I e II Graus Alternativa.

O nome Alternativo se deu pelo fato da Escola proporcionar alternativas para os alunos que se encontravam fora da idade ou série adequada para estudar nas escolas de ensino regular. E no ano de 1997 retira-se o nome anterior e estabelece Escola Estadual Alternativa, conforme a LDB 9394/96, não sendo mais Suplência ou Supletivo, e sim, Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2002, Sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000, onde o mesmo trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Nesse mesmo período foi homologada em Mato Grosso a Resolução nº180/2000-CEE/MT, onde ficou estabelecido o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002.

Em Juína, a modalidade EJA, existe há 35 anos, e se encontra distribuída em algumas Escolas do Município, entre elas está o Centro de Educação de Jovens e Adultos Alternativo – (CEJA), a Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin, a Escola Estadual 21 de Abril, e a Escola Estadual 09 de Maio. O Centro de Educação de Jovens e Adultos Alternativo atende a maior demanda da população juinense dos alunos, sendo cerca de 800 (oitocentos) nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A Educação de Jovens e Adultos, além de proporcionar meios para que o aluno aprenda a ler e escrever também desenvolve atividades, que inclui os alunos, como: oficinas, projetos institucionais, onde todos os alunos participem. Como vimos anteriormente a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, incluindo o ensino fundamental e médio conforme a lei nº 9.394/96 (LDB). Anteriormente era a LDB que trabalhava com essa modalidade de ensino, que se chamava até então o antigo ensino supletivo.

A educação possibilita ao indivíduo jovem ou adulto retomar seu potencial, ampliar suas habilidades adquiridas ou não, confirmar competências na educação extraescolar e na própria vida, tendo chances de adquirir um nível técnico e profissional mais qualificado. Essa função pode ser chamada de qualificadora da EJA.

Ampliando os termos jovens e adultos, onde podemos ressaltar claramente que em todas as idades e as épocas da vida, é direito de todo cidadão se formar, se desenvolver e construir conhecimentos, habilidades, competências e valores, além de construir possibilidades formais da escolaridade que venha a conduzir o mesmo à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

A Constituição Federal do Brasil coloca como princípio que toda e qualquer instituição de ensino deve prioriza a educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu desenvolvimento no decorrer do exercício da cidadania, como também

sua qualificação para o mercado de trabalho, tendo apoio da LDB que retoma este princípio no artigo 2º, abrangendo o conjunto de pessoas e dos educandos, onde todos possam ter grandes possibilidades, sem que haja nenhuma interferência e limitações (BRASIL, 1988).

Os exames da EJA devem garantir a qualidade, o rigor e pela adequação, de seus exames, devem ser avaliados de acordo com o artigo 9º, inciso VII, da LDB. “Portanto o Plano Nacional de Alfabetização – (PNA) tem que assegurar que no sistema público de ensino, aconteçam ações integradas, seja para a educação de crianças, jovens e adultos” (GADOTTI, 2011, p. 130).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o trabalho é pesquisa bibliográfica e documental sobre os índices de pessoas analfabetas ou analfabetas funcionais no Brasil. Com busca em artigos, revistas eletrônicas, sites educativos e a biblioteca da instituição.

A escolha do tema se deu por motivo claro, por se identificar com a Educação de Jovens e Adultos, sendo que, educar uma criança é diferente de educar um adulto formado, a criança ainda é dependente, aprende com maior facilidade, já o adulto possui um conhecimento de vida com muitos problemas que espelham sua dificuldade no processo ensino-aprendizagem escolar.

Foi para conhecer a realidade dessas pessoas analfabetas que se iniciou a pesquisa para o trabalho. O principal problema encontrado na pesquisa documental foi os altos índices de pessoas que se encontram analfabetas ou analfabetas funcionais no Brasil, os dados mostram uma redução significativa, mas ainda há índices elevados em se tratando de analfabetismo no país.

A característica da pesquisa documental é quando a fonte de coleta de dados limita a documentos, seja escritos ou não, constituindo assim, de fontes primárias, podendo ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno acontece, ou depois (LAKATOS, 2010).

Esta pesquisa, portanto, se baseou em dados documental, obtidos em artigos científicos, revistas eletrônicas, sites educativos e livros, tendo como principais autores; Beisiegel (1974), Frigotto (2011), Gadotti (2008), Machado (1999), Ribeiro (2016), procurando sempre responder à problemática e fundamentando os objetivos da pesquisa, todos os autores destacado no trabalho abordam sobre o tema em questão.

4 CONCLUSÃO

Atualmente ser alfabetizado não é somente aprender a ler e escrever, e sim, ensinar a lidar com ferramentas do cotidiano, ferramentas essas que estão ligadas no processo de sobrevivência do ser humano diante da sociedade. O indivíduo analfabeto não consegue identificar nenhuma letra do alfabeto, não desempenha qualquer função básica tanto na escrita, leitura e na matemática.

Já o analfabeto funcional consegue exercer algumas habilidades básicas como ler uma frase pequena, mas não consegue interpretar o que lê, ou seja, não consegue compreender o sentido das palavras em um texto, nem realiza operações matemáticas mais complexas.

Portanto, a pessoa analfabeta ou analfabeta funcional possui dificuldades em desenvolver habilidades básicas impostas dentro do contexto social do qual se encontra, possui dificuldades de interpretar ou compreender até mesmo o que diz uma placa de orientação ou sinalização, algo do qual o mesmo necessita para se orientar, além da tomada de consciência em relação a alguns direitos assegurados, mas por serem desconhecidos pela pessoa, passa despercebidos, direitos esses que muitas vezes são negados.

E analisando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos desde 1930, pode-se perceber a desvalorização do ensino, onde a educação chegava ao alcance de poucos e foram percursos de muitas lutas em favor de uma educação digna de qualidade em que todos tivessem acesso, e não deficitária como era. Um período onde a maioria da população brasileira se encontrava analfabeta.

Um marco histórico negativo na educação se deu a partir do momento em que essa foi necessária para o processo industrial, uma educação voltada exclusivamente em favor da economia, se buscava por meio da educação mão-de-obra qualificada e não uma educação em favor do povo. E foi por meio da Educação de Jovens e Adultos que os analfabetos puderam se identificar no modelo de ensino ao qual se encaixavam uma educação alfabetizadora, pois, a EJA proporciona ao jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver habilidades, assim como, um compromisso de qualificação de vida para todos.

Mesmo os programas, campanhas e movimentos implantados para diminuir os índices de analfabetos no Brasil, os mesmos não conseguiram atingir a erradicação total, sendo assim, a desraização ainda é um desafio para o país. Os programas governamentais voltados à erradicação do analfabetismo no país não resultaram plenamente, porque, em regras, são tratados como programas de governo, sofrendo solução de continuidade com a alternância de poder ou devido a escassez de recursos financeiros, pois esses programas exigem investimentos contínuos e elevados, uma vez que, o analfabetismo é um problema nacional com alta incidência em todas as regiões do país.

Diante do estudo realizado conclui-se que a pessoa analfabeta não consegue exercer seus direitos dentro da sociedade, sendo limitado, como retrata a UNESCO, em que o analfabetismo pode abafar as oportunidades políticas do indivíduo, reduzindo sua participação de exercer a democracia, assim como, de entender e invocar seus direitos jurídicos cujo aqueles direitos são negados.

Sendo assim, a alfabetização é necessária para que a pessoa se sinta segura por si própria, e não estando apto a ler e escrever, as pessoas analfabetas se sentem inseguras perante a sociedade. São vários os motivos que levam ao aumento do analfabetismo no país, o mesmo pode estar na má qualidade do ensino, na compreensão dos educadores de jovens e adultos em entender e se adequar das necessidades em que cada aluno se encontra, a obrigação com o trabalho, entre tantos outros fatores adversos e que afetam diretamente tanto a economia, como a sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos é a única modalidade de ensino que se adequa as necessidades desses alunos jovens e adultos trabalhadores e que buscam melhores condições de vida pessoal e profissional, a EJA resgata e inclui as pessoas que se encontram analfabetas ou analfabetas funcionais, fornecendo a essas pessoas liberdades, independência, segurança entre outros meios necessários de sobrevivência perante o mundo social e capitalista o qual se encontra o país.

REFERÊNCIAS

ANAÉLIA, Maria Braga de Almeida. **30 anos de EJA em Juína**. Juína: Centro de Educação de Jovens e Adultos Alternativo, 2010.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**: Um estudo sobre a Educação de Adultos. São Paulo: Pioneira Editora, 1974.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

BRASIL. **Parecer CNE nº 4/98- CEB- Aprovado em 29.01.98**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebII/06_parecer_cne-ceb_04-98.pdf> Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 08 Jul. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 08 Jul. 2016.

_____. **Decreto nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08 Jul. 2016.

_____. **Indicador de alfabetismo funcional –Inaf**. São Paulo: INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2011. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>> Acesso em: 06 Ago. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** . Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em: 06 Ago. 2016.

CATELLI JR. Roberto. **“A educação de Jovens e Adultos chega a apenas 5% do público ao qual se destina”**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06>> Acesso em: 30 Jun.2016.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**. 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_marci_a_rodrigues_neves_ceratti.pdf> Acesso em: 30 Jun. 2016.

Constituições brasileiras: — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 16 p.: il. — (Série cadernos do Museu; n. 4) Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/museu/publicacoes/arquivos-pdf/Constituicoes%20Brasileiras-PDF.pdf>> Acesso em: 05 out.2016.

CUNHA, Rosa Maria Torte da; SARAIVA, Terezinha. **Erradicação do Analfabetismo: um desafio secular**. 2016. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/387.pdf> Acesso em: 30 Jun. 2016.

DI PIERRO, Maria Clara. **“Perdemos 3,2 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos”**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/06/maria-clara-di-pierro-perdemos-32-milhoes-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos.html>> Acesso em: 30 Jun. 2016.

DI PIERRO, Maria Clara (Coord.); VÓVIO, Cláudia Lemos; RIBEIRO, Eliane. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

ESTEVES, Regina Célia Vasconcelos. Programa de Alfabetização Solidária: uma estratégia de sucesso para a educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado de la Administración Pública**, 6., Lisboa. Trabalhos apresentados. Lisboa, PT, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 10. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FURTER, Pierre. **Sugestões para um estudo sobre o analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 1965.

GADOTTI, Moacir. **Educação Brasileira Contemporânea: Desafios do Ensino Básico.** Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3393/FPF_PTPF_01_0416.pdf> Acesso em: 08 out. 2016.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (org.) **Educação de Jovens e Adultos, teoria, prática e proposta.** 12. Ed.- São Paulo: Editora Cortez, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 06 Ago. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, M. M. **A trajetória da EJA na década de 90 – políticas públicas sendo substituídas por “solidariedade”.** Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu-MG: ANPED, 1999.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Analfabetismo no país cai de 11,5% para 8,7% nos últimos anos,** 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=19110:analfabetismo-no-pais>> Acesso em: 17 Jul. 2016.

MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **A política educacional de jovens e adultos e o processo de implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (2008/2011)** Piracicaba, SP: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/09102013_090446_angela.pdf> Acesso em: 03 Jul. 2016.

_____. **PRADIME - Programa de apoio aos dirigentes municipais de educação:** Vol.2, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 27 jul. 2016.

MIRANDA, Alair dos Anjos Silva de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas.** Manaus: EDUA, 2003.

MIRA, Marília Marques. **Tecnicismo, Neotecnicismo e as Práticas Pedagógicas no cotidiano Escolar**. Disponível em: <<http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/neotecnicismo.pdf>> Acesso em: 04 out.2016.

MORTATTI, Maria do Rosario Longo; FRADE, Izabel Cristina Alves da Silva. (Orgs.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf> Acesso em: 06 Jul. 2016.

NOGUEIRA, Alberto. **A reconstrução dos Direitos humanos da tributação**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 11.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4203.pdf>> Acesso em: 04 out.2016.

Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica. / Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC – MT, 2010. p. 128. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Pol%C3%ADticas%20Educativas/orienta%C3%A7%C3%B5es%20curriculares%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica/LIVRO%20CONCEPCOES%20com%20ficha%20catalografica.pdf>> Acesso em: 07 out. 2016.

PAGLIOSA, Marcelo Carvalho. **As Políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos Governos Lula (2003-2010)**. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/milly/AppData/Local/Temp/MARCELO_PAGLIOSA.pdf> Acesso em: 02 Ago. 2016.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição a História da Educação Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: Direito, Concepções e Sentidos**. Disponível em: <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-08-11T111132Z-303/Publico/UFF-Educacao-Tese-JanePaiva.pdf> Acesso em: 03 jul. 2016.

PEDRAL, Sibelle. Educação. doc: registros da série de documentos educação. doc sobre educação pública de qualidade dirigida por Luiz Bolognesi e codirigida por

Laís Bodanzky/ texto Sibelle Pedral.- 1. Ed.- São Paulo: Moderna: Buriti Filmes, 2014.

PENSADOR. UOL.COM. BR. **Paulo Freire Frases sobre Educação**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/paulo_freire_frases_educacao> Acesso em: 19 fev. 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional/ Flávia Piovesan**. - 14. ed.,rev. e atual.- São Paulo: Saraiva, 2013.

PROJETO MEMÓRIA ART BR.; **Educar para Transformar**. Biografia de Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br>> Acesso em: 05 out. 2016.

REIS, Rosinete Maria dos. **A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.21, p. 44 - 51 mar. 2006 - ISSN: 1676-2584 44. UFMT. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art05_21.pdf> Acesso em: 07 Ago. 2016.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo.pdf>> Acesso em: 07 jul. 2016.

SABATOVSKI, Emílio; FONTOURA, Iara P.; MILEK, Emanuelle. (orgs.) **LDB: Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Curitiba: 2. ed. Juruá, 2012.

SAVIANI, Dermeval, 1944- **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo, Saraiva, 1973.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação/ Clóvis Roberto dos Santos**. - São Paulo: Pioneira, 1999.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Anelisa Prazeres Velosos. **Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso: Campanhas Oficiais de 1947 a 1990**. – FAEC. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt16/ComunicacaoOral/ANELISA%20PRAZERES%20VELOSO%20DE%20SOUZA.pdf>> Acesso em: 06 Jul. 2016.

SCARPARO, Dolores; PINCERATO, Vanessa Fernandes. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sua integração em Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br>> Acesso em: 15 jul. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO.ORG.BR. **Indicadores por Localidade**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/index.php?option=indicador_localidade&task=main> Acesso em: 12 Jul. 2016.

UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. 72 p. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/pol/alfabetiza%E7%E3o.pdf>> Acesso em: 22 Jul. 2016.

VADE MECUM COMPACTO. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. -7. ed. atual. e ampl.- São Paulo: Saraiva, 2012.